

O CORPO DOCENTE CARIOCA SOB CONTROLE: SOBRE ALGUMAS DAS ESTRATÉGIAS ACIONADAS PELA DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS ANOS 1920

José Cláudio Sooma Silva¹

Resumo

O artigo dialoga com um conjunto de pesquisas em História da Educação que têm explicitado que analisar a escolarização primária na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920 significa atentar para todo um repertório de projeções de governo que ansiavam disciplinar e harmonizar a capital e a sua população. Baseado no exame de um conjunto de solicitações encaminhadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública e na análise de uma série de notícias colocadas em circulação pelo periódico carioca Gazeta de Notícias, as atenções incidiram sobre alguns dos mecanismos de controle que foram direcionados em relação ao corpo docente enfocando, principalmente, as investigações que culminaram na prisão do professor adjunto Álvaro Palmeira.

Palavras-chave: História da Educação; Educação Primária; História da Cidade do Rio de Janeiro; Álvaro Palmeira

¹ Professor Adjunto de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UERJ.

THE CARIOCA TEACHERS UNDER CONTROL: ABOUT SOME OF THE STRATEGIES IMPLEMENTED BY THE INSTRUCTION DIRECTORY IN THE 1920s

Abstract:

The article discusses with a some researches in History of Education that have explained that analyzing primary schooling in the city of Rio de Janeiro in the 1920s means analyzing some government strategies that aimed to discipline and harmonize the capital and the population. Based on analysis of these issues, this study focuses on some of the efforts that were mobilized by the Instruction Directory to supervise the teachers and some reports that were published in *Gazeta de Notícias*, discussing the investigations that culminated in the arrest of the teacher Álvaro Palmeira.

Keywords: History of Education; Primary Education; History of the City of Rio de Janeiro; Álvaro Palmeira.

A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA E AS PROJEÇÕES DE GOVERNO²

Foi a partir, principalmente, de finais dos anos 1980/início dos 1990 que os estudos sobre a História da Educação Primária Carioca passaram a ampliar as interlocuções com os debates do campo da Historiografia³. Tal movimento investigativo, dentre outros aspectos, contribuiu (e permanece contribuindo) para o fortalecimento da certeza de que analisar a escolarização primária no decurso das três primeiras décadas do século XX significa, fundamentalmente, atentar para todo um repertório de projeções que, sob a lógica das ações de governo, ansiava disciplinar e harmonizar a antiga capital do Brasil e a sua população.

A justificativa para que a escolarização primária integrasse esse repertório de projeções governamentais passava pela intensificação, cada vez maior, daquele investimento interessado em convertê-la em uma modalidade de intervenção social capaz de ensinar diferentes comportamentos e maneiras de viver e praticar a cidade, mas que, fundamentalmente, se encarregaria de inculcar e despertar uma disciplinarização “consciente e voluntária e não apenas automática e apavorada” (CARVALHO, 1997, p. 284)⁴.

Nessa medida, o contato diário e frequente contribuiria para que a comunidade escolar (corpo docente e discente,

² Este estudo contou com o apoio financeiro da FAPERJ e do CNPq.

³ (NUNES, 1994, 1996, 2000; CARVALHO, 1989, 1997, 1998; CAMARA, 2008, 2010, 2013; SILVA, 2004, 2009, 2012; PAULILO, 2001, 2007, 2014; PAULILO e SILVA, 2012; VIDAL, 2001; ABDALA, 2003; RODRIGUES, 2002, por exemplo).

⁴ A esse respeito, cumpre sublinhar que o investimento de converter a *escolarização* em uma modalidade de intervenção social que, de algum modo, inculcasse e difundisse um repertório de comportamentos que, sob a lógica de governo, seria indispensável para a vida em sociedade atravessou grande parte do século XIX. Afinal, sob a perspectiva de unificar as territorialidades, estreitar laços de pertencimentos, estabelecer vínculos de nacionalidade, constituir um corpo de cidadãos, enfim *inventar* um Império, grande foi a atenção despendida para *escolarizar* a população. Conferir, por exemplo: (Gondra e Schueler, 2008; GONDRA, 2009; Silva e Schueler, 2013.

familiares, conhecidos) incorporasse e difundisse certo número de preceitos escolares que produziria modificações benéficas no meio social. Algo, portanto, que sinalizava para um esforço de, por assim dizer, “[...] pedagogiza[r] as relações sociais” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 11), ou seja, reforçar na cidade um “[...] modo de socialização, o modo escolar de socialização” (p. 38).

Por essa tentativa de *pedagogizar* as circunstâncias do viver cidadão deve-se compreender, então, todo um conjunto de saberes e práticas trabalhado na/pela escola primária que, de algum modo, produziria interferências nos pensamentos, comportamentos, condutas e hábitos. Dessa forma, para que fosse viável a tentativa de inculcá-los e disseminá-los entre os cariocas, era necessário que se encontrassem incorporados na mente, no corpo, na fala, nos gestos da comunidade escolar, de tal maneira que o próprio modo de agir, falar e se comportar dessas crianças e desses adultos os distinguíssem dos demais integrantes da sociedade.

Nesse quadro, de início, era preciso nos espaços e tempos intramuros escolares fiscalizar, disciplinar e punir os procedimentos, condutas e circunstâncias que, porventura, destoassem dos preceitos educativos enfatizados. Tratava-se, no fundo, de ampliar os mecanismos de vigilância sobre os adultos e as crianças da comunidade escolar, de maneira que não se desvirtuassem.

Essa estratégia foi, ao longo da década de 1920, amplamente empregada pela DGIP – Diretoria Geral de Instrução Pública (PAULILO, 2001, 2007), abarcando, por exemplo, as preocupações higiênicas e de infraestrutura dos prédios escolares e arredores; o controle de impropérios dirigidos aos/às alunos/as e professores/as por adultos e crianças nas grades e portões dos estabelecimentos de ensino; a fiscalização das jogatinas realizadas nas proximidades das escolas; a perseguição a sujeito armado à porta do estabelecimento; a vigília de algazarras efetivadas dentro e/ou

nas localidades circunvizinhas aos prédios escolares (SILVA, 2009, 2012).

Por essas ocorrências e mais um grande número de outras que ocuparam a agenda de preocupações da DGIP no período (SILVA, 2009), percebe-se que “proteger” a comunidade escolar (alunos e docentes) das interferências externas, de modo a preservar os preceitos educativos trabalhados nos espaços e tempos intramuros, não foi uma tarefa fácil. Em termos estratégicos, fundamentava a tentativa de expansão dos mecanismos de vigilância sobre as crianças e adultos escolares.

Sobre as crianças e os adultos da comunidade escolar, convém reforçar. Afinal, tomando em consideração a lógica de despertar e inculcar preceitos educativos, primeiramente, nos espaços e tempos escolares, tanto os alunos (crianças) quanto os professores, inspetores, diretores, serventes, enfermeiras etc. (adultos) deveriam estar sob observação e fiscalização constantes. Desse modo, os encarregados mesmos por educar e disciplinar as crianças eram, também, controlados (FOUCAULT, 2005).

OS INVESTIMENTOS PARA ABAFAR AS EXPRESSIVIDADES DO TUMULTO

Enfatizar que as preocupações de disciplinarização da DGIP não se restringiam aos alunos aponta para um movimento interessado em aclarar que os próprios professores, inspetores, diretores etc., caso não fossem controlados, talvez se afastassem dos preceitos educativos concebidos como ideais para a capital. Para discorrer sobre esse afastamento dos preceitos educativos por parte dos adultos, torna-se operatória a apropriação da *expressividade do tumulto*, sublinhada por Jesús Martín-Barbero (2001, p. 278)⁵. Segundo o autor, tal

5 Em seu livro, Martín-Barbero se interessa em problematizar a insuficiência de pensar as relações culturais a partir de abordagens centradas em pares de oposição: “dominante e dominado”, “cultura erudita e cultura popular”, “elite e populacho” etc. No lugar disso, defende que as análises devam se deter sobre as tramas e os entrelaçamentos, os meios e as mediações que, cotidianamente,

categoria de análise auxilia a compreender as possíveis ações espontâneas, casuais e inesperadas que a população emprega para dar vazão às rebeldias e descontentamentos em seu cotidiano.

Retornar às situações frisadas anteriormente que, de modo incisivo, ocuparam a agenda de preocupações da DGIP acompanhado, também, por aquilo que de instigante carrega a categoria de *expressividade do tumulto* significa compartilhar da concepção de que aqueles que concretizavam tais acontecimentos “não pretendia[m] vencer, não podia[m] ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão [...], uma vertigem [...] e indignação” (SEVCENKO, 1984, p. 68)⁶. Isso possibilita pensar que a impregnação dos estabelecimentos de ensino primário pelos espaços urbanos no decurso dos anos 1920 concorreu para que estivessem em contato mais frequente com os dissabores e desarranjos cotidianos. Dentre esses, as manifestações daquelas pessoas que passaram a vislumbrar os tempos e os espaços escolares como possíveis alvos contra os quais poderiam direcionar sua insatisfação e/ou concebê-los com plataformas para bradarem seus descontentamentos.

Nessa perspectiva, a rotina de surpresas e eventualidades, por suas próprias características de instaurarem o inusitado, talvez abrissem brechas para comportamentos inadequados, reações inoportunas, palavras inapropriadas, ações intempestivas protagonizadas pelo corpo docente e demais funcionários das escolas. Nesse sentido, as respostas à *expressividade do tumulto* poderiam propiciar reprimendas

são costurados por diferentes agrupamentos populacionais. Nesse quadro, aborda a categoria de “expressividade do tumulto” quando de suas alusões às “*carpas’ e aos salões de baile* [como] *espaços para a instalação de uma outra dimensão do popular*” no que tange à História da sociedade mexicana (2001, p. 278).

- 6 Cumpro pontuar que Nicolau Sevcenko não emprega em sua análise o termo “expressividade do tumulto”. Contudo, suas reflexões sobre a Revolta da Vacina, que explodiu na cidade no ano de 1904 por conta, principalmente, da lei que tornou obrigatória a vacinação e revacinação contra a varíola, podem ser percebidas, também, à luz dessa categoria cunhada por Jesús Martín-Barbero.

exageradas, atitudes deseducadas, medidas incoerentes por parte dos adultos responsáveis por enfatizar os preceitos educativos nos estabelecimentos de ensino. Tudo isso na frente das crianças que, via de regra, deviam encarar os seus educadores como exemplos edificantes e práticos daqueles preceitos educativos estudados⁷.

Por essas ponderações, depreende-se que não foi sem razão o fortalecimento e a ampliação dos mecanismos de vigilância no período. Ao se atentar para as estratégias mobilizadas pela DGIP, nota-se uma fiscalização constante e um controle intenso daquelas circunstâncias que poderiam facultar a emergência de comportamentos e condutas outros que não os ansiados em relação às práticas e saberes escolares.

Mas, não se compreenda que esse investimento estratégico foi capaz de, para permanecer no mesmo jogo de palavras, “silenciar” a *expressividade do tumulto*. Nesse particular, estão em consideração as “tecnologias mudas [que] determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais” (DE CERTEAU, 1994, p. 41). Ou seja, as artimanhas e (re) arranjos que, no mais das vezes de modo inconsciente, são colocados em cena no teatro cotidiano pelos sujeitos sociais.

No entanto, indicar a permanência dessas circunstâncias que aludem à *expressividade do tumulto* não inviabiliza o enfoque desta reflexão nos procedimentos prescritivos que, diante das necessidades, possibilidades e exigências sociais do período em organizar o ambiente urbano, foram empreendidos pela DGIP, pelo contrário, o fortalece. Afinal, mergulhando no caráter de complementaridade das ações estratégicas com os elementos da ordem do imprevisto (DE CERTEAU,

7 A respeito de os educadores se tornarem exemplos edificantes para os seus alunos nos espaços e tempos escolares, são interessantes as seguintes concepções de Fernando de Azevedo: “[...] o professor que, dando a sua lição, julgou concluída a sua tarefa, não é digno da profissão que exerce, no interesse público. A ele é que cabe contribuir para a educação moral e cívica, pelo exemplo constante e pelas oportunidades que lhe dá o ensino a seu cargo” (AZEVEDO, 1958, p. 78).

1994), a existência de momentos inesperados, colabora para se indiciar, inclusive, o porquê desse órgão administrativo precisar recrudescer os mecanismos de vigília, fiscalização e controle. Afinal, perante a transitoriedade das “traquinagens cotidianas”, era imprescindível modificar as estratégias que, de alguma maneira, se propunham discipliná-las.

Seguindo essa linha de raciocínio, e para perceber até que ponto se estendeu a tentativa de expansão dos mecanismos de controle da comunidade escolar, torna-se oportuna a remissão ao caso do adjunto Álvaro Palmeira, do 4º Distrito (São José). A trama envolveu a Prefeitura, a Polícia e a DGIP.

PREPARANDO O TERRENO: OPÇÕES E CUIDADOS

Antes de principiar a interlocução com os documentos que registraram o caso Álvaro Palmeira, torna-se imprescindível destacar algumas informações pontuais acerca da coleção que integravam. Todos os despachos rubricados pela DGIP que foram analisados neste estudo estão reunidos nas pastas “*Copiador de Ofícios, 3ª Seção da Diretoria Geral de Instrução Pública*” que se encontram salvaguardadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Estas pastas, como os títulos deixam subentender, armazenam as cópias de ofícios, solicitações, resoluções enviados.

Como se pode presumir, a variedade de temáticas abordadas é bastante significativa. Para que se tenha uma ideia, vale acompanhar alguns temas principais: condições de salubridade das escolas e arredores, mobiliário escolar, desentendimentos entre a comunidade escolar, reparos de diversas ordens nos prédios escolares, reforço de policiamento no entorno das escolas, pedidos para o recrudescimento da fiscalização dos inspetores, normatização do calendário escolar, solicitação de pareceres médicos sobre o estado dos prédios escolares, problemas de trânsito próximo às escolas.

De posse dessa primeira caracterização geral das pastas “Copiador de Ofícios”, torna-se possível aclarar as maneiras

como foram problematizadas. Dentro dos recortes conferidos, e acompanhando os alertas firmados por Michel Foucault e Pierre Bourdieu, colocar em exame essas mensagens que foram cotidianamente encaminhadas pela DGIP significou empreender um movimento que atentasse para o “campo dos fatos de discurso a partir do qual são[foram] construíd[a]s” (FOUCAULT, 1972, p. 37). Isso significa que, embora redigidas na linguagem protocolar de uma comunicação que, sobretudo, empregava a formalidade da escrita como um indicativo de respeito aos regimentos hierárquicos, essas mensagens estavam inseridas em um campo de forças atravessado por diferentes instâncias de poder (BOURDIEU, 2007).

Essa circunstância pode, inclusive, ser indiciada pela materialidade desses documentos. Afinal, essas mensagens são cópias “carbonadas” daquelas que foram enviadas aos destinatários e sua reunião em volumes encadernados foi uma iniciativa da própria DGIP. Desta feita, nessas práticas burocráticas de “carbonar” e arquivar as mensagens, encontram-se alguns procedimentos adotados por esse órgão que podem indicar que fossem apresentadas no caso de alguma necessidade. Ao lado disso, esse cuidado para com os registros permite aventar, também, a possibilidade de uma fiscalização e controle do que fora remetido.

Isso justifica, portanto, o posicionamento investigativo adotado por este estudo no que condiz a essa massa documental, qual seja: estrategicamente, as pastas “Copiador de Ofícios” foram enquadradas como indiciárias de circunstâncias cotidianas que, de algum modo, estavam presentes na agenda de preocupações da DGIP. Se isso parece pertinente, incidir o foco para o caso Álvaro Palmeira caracteriza-se como um movimento sugestivo para o indiciamento de algumas das estratégias acionadas que tencionaram controlar, normatizar e fiscalizar a prática docente no período.

UMA SUSPEITA

Sr. Inspetor Escolar do 4º Distrito
 Recomendo-vos informeis, reservadamente, com a maior urgência, sobre a capacidade e conduta do adjunto de 3ª classe Álvaro Palmeira no desempenho de suas funções e se em aula ele faz propaganda ou procura incutir nos alunos as ideias subversivas, de que em público, como consta, se faz ardoroso adepto (O Diretor Geral, 24 de julho de 19208); (AGCRJ); código: 34-3-16.

Pela leitura, nota-se que a DGIP se ocupou de averiguar se Álvaro Palmeira estava exercendo adequadamente os seus encargos docentes. Para tanto, inquiriu junto ao Inspetor Escolar responsável pelo Distrito acerca da “capacidade” do adjunto, mas também sobre a sua “conduta”, posto haver suspeitas de que o mesmo estaria “incuti[ndo] nos alunos ideias subversivas”.

Nessa mensagem chama a atenção a articulação estabelecida entre as competências exigidas para o exercício do cargo de professor e os modos prestigiados para se realizar a prática docente. Por outros termos, ao embaralhar a capacidade e a conduta, percebe-se que estariam em observação tanto os pré-requisitos para o “bom” desempenho da profissão (conhecimento, capacidade de transmitir os saberes, organização e disciplinamento dos educandos etc.) quanto aspectos concernentes às formas escolhidas para estimular os ensinamentos (assuntos abordados, temáticas enfatizadas, comportamentos estimulados, didáticas desenvolvidas etc.).

Por outro lado, desperta interesse a orientação para que o Inspetor Escolar concretizasse as observações de Álvaro Palmeira e as transmitisse à DGIP, como se lê no documento, “reservadamente”. Isso significa que as perguntas,

o levantamento de situações, a possível recolha de impressões de outras pessoas sobre o comportamento e a conduta do adjunto, enfim, toda a investigação deveria acontecer sem que o “suspeito” tivesse conhecimento de causa.

No que diz respeito ao “suspeito” (Álvaro Palmeira), ao lado de suas atribuições como adjunto de 3ª classe numa escola do Distrito de São José (região central da capital), importa sublinhar que ele ocupava no período o cargo de diretor do *Voz do Povo*. Tratava-se de um jornal carioca diário que pode ser considerado como de “orientação anarquista” (GOMES, 2005, p. 88) e que, assim como o movimento anarquista como um todo, passava a sofrer forte repressão policial no correr de 1920. A esse respeito, torna-se oportuno acompanhar as palavras de Ângela de Castro Gomes.

É bem perceptível, quando se lê o jornal *Voz do Povo*, o aumento da violência e da eficácia da ação policial contra os anarquistas, sobretudo a partir de meados do ano [1920]. [...] vários elementos foram presos, comícios anarquistas foram proibidos e agentes policiais começaram a encontrar bombas espalhadas no centro da cidade, o que era atribuído aos anarquistas. [...] a nova sede do *Voz do Povo* foi ocupada sob o comando pessoal de Geminiano da França, que prendeu, entre outros, Álvaro Palmeira, diretor do jornal (GOMES, 2005, p. 135).

A PRISÃO

A situação de Álvaro Palmeira se complicava. Como se pode acompanhar pela leitura da mensagem abaixo, outra instituição entrou em cena ansiando conter os seus “excessos”: a Polícia.

Sr. Prefeito

Oficiei o Exmo. Dr. Chefe de Polícia para saber dos atos praticados por Álvaro Palmeira, adjunto de 3ª classe, e informado fui de que o referido adjunto concitara o povo à revolta, pelo que fora preso e que contra ele fora intentado um processo [...] (O Diretor Geral, 26 de julho de 1920); (AGCRJ); código: 34-3-16.

Atentando-se para as datas dos dois documentos rubricados pela DGIP, percebe-se que dois dias separaram a primeira mensagem (24/07/1920) dessa que foi encaminhada à Prefeitura (26/07/1920). Tempo suficiente para que a DGIP acionasse o Chefe de Polícia para inquirir sobre os “atos praticados” por Álvaro Palmeira. Como retorno dessa consulta, foi registrado que o “suspeito” fora preso e tivera um processo instaurado, sob a alegação de que ele “concitara o povo à revolta”. Esse acontecimento, também, conquistou espaço significativo no jornal carioca *Gazeta de Notícias*:

Esteve ontem, à noite, bastante agitada, durante grande espaço de tempo, a zona do 4º. Distrito, principalmente a rua da Constituição, onde, na casa n. 12 tem a sua redação e oficinas o jornal ‘Voz do Povo’.

Numa sociedade operária à rua José Mauricio fora efetuada uma reunião e terminada que foi a mesma, segundo informou a Polícia do 4º. Distrito, cerca de 500 operários reuniram-se na rua, descendo em direção à sede daquele jornal, dando vivas à revolução, a Lenine, ao maxinalismo [sic], etc. [...] os vivas e gritos recrudesciam, ouvindo-se também os de ‘Abaixo a polícia’ e ‘Morra a polícia’.

Por essa ocasião, grande tumulto se estabeleceu, aparecendo a força da cavalaria que, procurando dispersar os manifestantes,

foi por estes recebida com um grande clamor. A polícia então tratou de efetuar a detenção dos que se mostravam mais exaltados e que eram os jornalistas Álvaro Palmeira e Mario Teixeira [...] (“Instantes de Polvorosa. Em frente à ‘Voz do Povo’ a polícia efetua várias prisões”. *Gazeta de Notícias*, 21 de julho de 1920).

Igualmente, a solicitação da DGIP à Chefia da Polícia foi veiculada pelo mesmo jornal:

A propósito dos sucessos de anteontem, na redação do ‘Voz do Povo’, dos quais resultou a prisão do jornalista Álvaro Palmeira, professor municipal, o Sr. Diretor da Instrução, autorizado pelo Sr. Prefeito, dirigiu, ontem, um longo ofício ao desembargador [ilegível] da Franca, Chefe de Polícia¹⁰, pedindo urgentes informações sobre aquele fato (“A prisão de um professor municipal. O Diretor de Instrução pede informações à polícia”. *Gazeta de Notícias*, 22 de julho de 1920).

É mesmo significativo acompanhar o caso Álvaro Palmeira fazendo uso, também, de artigos que circularam na *Gazeta de Notícias*. Isso porque esse periódico, desde sua fundação em 1875 por Ferreira de Araújo, “imprime um novo ritmo à imprensa carioca” (PEREIRA, 1997, p. 232) por prestigiar uma “forma barata e popular de fazer jornais” (RAMOS, 2005, p. 5), de tal maneira que “[...] ficou sendo o jornal tipo do Rio, em melhoramentos materiais e inovações do serviço de informação. Foi o jornal que iniciou a entrevista, a reportagem fotográfica, a caricatura diária, o que deu a

10 O confronto com outros documentos do período tornou possível identificar o nome completo do desembargador, Chefe de Polícia: Geminiano Franca. A esse respeito, ver: (AGCRJ), códigos: 35-2-7 e 35-2-15.

fórmula da reportagem moderna” (BARROS & COSTA, 1940, p. 160)11.

A essas características da *Gazeta de Notícias* devem ser acrescidas as considerações de que, desde finais do século XIX, era comum o hábito de ler em voz alta esse periódico (assim como outros), fazendo com que as notícias chegassem também “à grande massa de iletrados que se espalhava pela cidade” (PEREIRA, 1997, p. 233). Nessa mesma esteira de ponderações rumam as análises da pesquisadora Monica P. Velloso (1996) ao enfatizar que, no transcurso das duas primeiras décadas do século XX, as diferentes formas de entrar em contato com o escrito e a leitura no meio social carioca passaram a se constituir como uma “atividade em trânsito [...] ganha[ndo] as ruas, misturando-se aos ruídos, movimentos e imagens da cidade” (VELLOSO, 1996, p. 58).

Diante do exposto, a veiculação pelas páginas de um jornal que conhecia uma significativa circulação no período – como era a *Gazeta de Notícias* – torna-se sugestiva, enquanto indícios, para se pensar que o caso Álvaro Palmeira extrapolava os trâmites administrativos da educação carioca, bem como as circunstâncias concernentes aos tempos e espaços escolares. Sobre esse aspecto específico, inclusive, cumpre assinalar uma diferença fundamental entre as duas mensagens encaminhadas pela DGIP: na de 24 de julho, as preocupações giravam em torno das possíveis “ideias subversivas” que o adjunto “incuti[a] nos alunos”; já na de 26 de julho a alegação, por parte da Polícia, para o aprisionamento e a instauração de processo foi a de que “concitara o povo à revolta”, sem nenhuma menção ao corpo discente. Destarte, percebe-se que os possíveis

11 Sobre esse particular, cabe frisar que foi a “Gazeta de Notícias que inaugurou “o sistema de vendas avulsas pela cidade – pois até então as folhas eram vendidas apenas em livrarias e casas de comércio frequentadas pela pequena parcela da população que era interessada pelas letras” (PEREIRA, 1997, p. 232).

A junção desses elementos – barateamento do custo, vendas avulsas pela cidade, inovações editoriais – fez com que, em finais do século XIX, a *Gazeta* alcançasse uma tiragem diária de 24 mil exemplares (Cf. PEREIRA, 1997 e RAMOS, 2005).

“malefícios” ocasionados por seu comportamento e conduta já não se restringiam àquelas ocasiões vivenciadas no intramuros do estabelecimento de ensino. Antes, se multiplicavam no meio social.

A LIBERTAÇÃO E O PROSEGUIMENTO DAS SUSPEITAS

Uma situação nova se apresenta. Álvaro Palmeira é colocado em liberdade e se sujeita a prestar esclarecimentos, pessoalmente, à DGIP.

Posto em liberdade, após 24 horas de detenção, o adjunto de 3ª classe Álvaro Palmeira veio, espontaneamente, a esta Diretoria, e fez exposição verbal da ocorrência em que se achara envolvido, deixando-me em mãos uma justificativa de sua ação naquela ocorrência, acompanhada de artigos, em sua defesa publicados por vários jornais; [...] cuja leitura, em seu juízo, serviria para informar sobre o seu caráter e a sua idoneidade como docente efetivo da Instrução Municipal (O Diretor Geral, 26 de julho de 192012); (AGCRJ); código: 34-3-16 .

Esses dizeres, talvez, sugeriram um desfecho para a trama. Colocado em liberdade, Álvaro Palmeira dirigiu-se até a DGIP e, para além de uma explicação oral e outra por escrito, firmando a sua versão para o ocorrido, arrolou “artigos, em sua defesa publicados por vários jornais”.

Nem tanto assim. Como essa mensagem afirma, tais procedimentos não foram suficientes para encerrar as suspeitas. Isso porque em momento algum a instituição demonstrou estar convencida de que o adjunto não ocasionava problemas na escola e nos arredores. Pelo contrário, fez questão de registrar que a leitura dos artigos de jornais entregues, sob o “juízo” do

acusado e não da DGIP, “serviria para informar sobre o caráter e idoneidade como docente efetivo”.

Com efeito, aproximadamente três meses mais tarde, Álvaro Palmeira voltava a ser motivo de preocupação para a DGIP. Entrementes, outro aspecto funcionou como justificativa para as observações concernentes à sua conduta:

Snr. Inspetor Escolar do 4º Distrito

Recomendo-vos [...] seja observado o professor adjunto de 3ª classe - Álvaro Palmeira, da inconveniência de sua adesão, caso real [...] ao ‘partido bolchevista nacional’ (O Diretor Geral, 21 de outubro de 192013); (AGCRJ); códice: 34-3-19.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre essa última mensagem da DGIP (21/10/1920), ainda sobre o caso do adjunto Álvaro Palmeira, duas observações afiguram-se como fundamentais. A primeira diz respeito ao conhecimento da sua adesão ao “partido bolchevista nacional”. Tal acontecimento indicia que, conquanto não tenha encontrado nenhum outro documento rubricado pela DGIP que fizesse menção ao adjunto no período, seus comportamentos, condutas e práticas continuavam sendo investigados. Mais alguns vestígios de que, presumivelmente, as explicações orquestradas e os artigos entregues pessoalmente, em finais de julho daquele ano, não tenham logrado êxito.

A segunda observação remete, uma vez mais, ao controle e observação constantes que, de alguma maneira, sujeitariam a comunidade escolar (fossem as crianças, fossem os adultos). Sob a lógica estrita da competência profissional, ocasionaria algum tipo de problema esta ou aquela filiação partidária dos professores? Muitos! Ainda mais, como foi o caso do adjunto Álvaro Palmeira, se o partido escolhido estendesse em termos teóricos – e, por que não dizer, práticos –, a sua plataforma de atuação evocando ideais de reestruturação das relações de

saber-poder, remodelação do sistema de trabalho, (re)invenção de símbolos e tradições. A esse respeito, constituem-se como dignas de friso as seguintes ponderações: 1) em um contexto mundial, vivia-se no período sob as fortes interferências do movimento russo de 1917 e 2) as denominadas “Grandes Greves” de 1917 a 1920, em termos literais, tomaram de assalto a cidade carioca (FAUSTO, 1976; FENERICK, 1997; FERREIRA, 1978; MENEZES, 1996; PAULILO, 2014)¹⁴.

Nesse quadro, algumas indagações tornam-se possíveis. Se não fossem tomados os devidos cuidados por parte da DGIP, poderia esse adjunto despertar outras “leituras de mundo” nas crianças e adultos da comunidade escolar? Seus comportamentos poderiam funcionar como estímulos para que uma atmosfera reivindicatória passasse a fazer parte da escola em que atuava? Isso acarretaria interferências nas localidades circunvizinhas ao estabelecimento de ensino?

Responder a elas, entretanto, é muito difícil – para não dizer impossível. Mas isso não invalida a sua formulação. Afinal, encontram-se, nesses questionamentos mesmos, indícios que encaminham a discussão para o sentido de que projetar a

14 Em relação às denominadas “Grandes Greves”, torna-se interessante acompanhar outro artigo colocado em circulação pela *Gazeta de Notícias*: “A cidade tinha ontem a fisionomia características de dias anormais. [...] Era mais um transtorno da greve. [...] De quando em quando corria a notícia de um pequeno distúrbio, provocado pelos grevistas. As prisões eram em massa. [...] Daí ter-se espalhado pela cidade o boato de que o governo não tardaria em decretar o estado de sítio. Suspensas as garantias constitucionais, as autoridades poderiam agir mais à vontade. [...] Talvez os senhores ministros de Estado, nas suas contínuas conferências, tenham sugerido o sítio apavorados como estão com as agressões dos grevistas” (“Aspectos da Cidade de Ontem”. *Gazeta de Notícias*, 27 de março de 1920). Com efeito, o estado de sítio foi decretado em julho de 1922, durante o governo de Arthur Bernardes (GOMES, 2005, p. 144). Como se sabe, esse dispositivo constitucional – o estado de sítio – caracteriza-se pela ampliação do poder de decisão do Executivo em relação ao Legislativo e ao Judiciário e pela restrição dos direitos teoricamente assegurados por um regime democrático. Nessa direção, as liberdades dos cidadãos e da imprensa ficam comprometidas; as perseguições e buscas em domicílios, autorizadas; as violações de correspondências, permitidas; a criação e participação de associações, proibidas.

remodelação dos comportamentos, atitudes, pensamentos na cidade carioca e sua gente, investindo-se, para tanto, em uma ampliação das áreas de atuação da escola primária, significou ampliar os mecanismos de vigilância em relação às crianças (alunos) e adultos (professores, diretores, serventes etc.) da comunidade escolar.

Desse quadro geral, a problematização desse *caso Álvaro Palmeira* contribui com outros indícios para se pensar algumas das estratégias que foram empregadas pela DGIP para controlar, normatizar e fiscalizar os tempos e espaços escolares do ensino primário da antiga capital do Brasil. Nesse sentido, no que diz respeito aos constrangimentos que foram empreendidos ao professor, despontam dimensões que podem ser perscrutadas tanto como uma tentativa de explicitação da normalidade almejada quanto, e principalmente, como uma reafirmação da exemplaridade que deveria proporcionar junto àqueles que eram concebidos e largamente propalados, na época, como os responsáveis pela conformação do futuro da cidadania carioca: os professores.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; códigos: 34-3-16; 34-3-19; 35-2-7; 35-2-15.

Artigos de Jornais

“Aspectos da Cidade de Ontem”. **Gazeta de Notícias**, 27 de março de 1920.

“Instantes de Polvorosa. Em frente à ‘Voz do Povo’ a polícia efetua várias prisões”. **Gazeta de Notícias**, 21 de julho de 1920.

“A prisão de um professor municipal. O Diretor de Instrução pede informações à polícia”. **Gazeta de Notícias**, 22 de julho de 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia além da ilustração:** Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930). Dissertação (Mestrado), FEUSP, São Paulo, 2003.

AZEVEDO, Fernando de. **Novos Caminhos e Novos Fins:** a nova política de educação no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARROS & COSTA, Licurgo. **História e Evolução da Imprensa Brasileira.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Imprensa, 1940.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMARA, Sonia. Por uma Cruzada Regeneradora. A cidade do Rio de Janeiro como canteiro de ações tutelares e educativas da infância menorizada na década de 1920. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Educação e Reforma:** o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

_____. **Sob a Guarda da República:** a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

_____. **Reinventando a escola:** a reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal de 1927 a 1930. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora/USF-IFAN, 1997.

_____. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 71, pp. 29-35, nov. 1989.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica:** história, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação

(1924-1931). Bragança Paulista/SP: Edusf / São Paulo: FAPESP, 1998.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

FENERICK, José Adriano. **O Anarquismo Literário: uma utopia na contramão da modernização do Rio de Janeiro, 1900-1920**. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP, São Paulo, 1997.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa Operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. Instrução, Intelectualidade, Império: apontamentos a partir do caso brasileiro. In: VAGO, T. M. e INÁCIO, M. S. e HAMDAN, J. C. e SANTOS, H. P. (orgs.). **Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, pp. 47-78.

_____. e SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da Modernidade Pedagógica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-98.

_____. A Escola reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.). **A invenção do Brasil**

moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 180-201.

_____. Cultura Escolar, Modernidade Pedagógica e Política Educacional no espaço Urbano Carioca. In: HERSCHMANN, M. M. (Org.). **Missionários do Progresso:** médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1996. p. 155-224.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis:** desclassificados da modernidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

PAULILO, André Luiz. Mudanças na Educação da Capital da Velha República. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, no. 1, jan.-jun. 2014.

_____. **A estratégia como invenção:** as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922-1935. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FEUSP, São Paulo, 2007.

_____. **Reforma Educacional e Sistema Público de Ensino no Distrito Federal na Década de 1920:** tensões, cesuras e conflitos em torno da educação popular. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, FEUSP, 2001.

_____. e SILVA, José Cláudio Sooma. Urbanismo e educação na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920: aproximações. **Revista Educação Pública (UFMT)**, v. 21, 2012, p. 127-143.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. **Projeto História** - PUC-SP, São Paulo, 1997(14), p. 231-41.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **Política e Humor nos últimos anos da Monarquia:** a série “Balas de Estalo” (1883-1884). Dissertação (Mestrado), UNICAMP, Campinas, 2005.

RODRIGUES, Rosane Nunes. **Representações de Feminino e Educação Profissional Doméstica (Rio de Janeiro - 1920 e 1930).** Dissertação (Mestrado), FEUSP, São Paulo, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, José Cláudio Sooma. **A Reforma Fernando de Azevedo:** tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro: 1927-1930). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Teatros da Modernidade:** representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. O aprendizado nosso de cada dia: a educação primária carioca e os investimentos nos mandamentos higiênicos nos anos 1920. In: LOPES, Sonia de Castro; CHAVES, Miriam Waidenfeld. (Org.). **A História da Educação em debate:** estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2012.

____ e SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez de. Obrigatoriedade Escolar e Educação da Infância no Rio de Janeiro no Século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. (Org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil.** Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 243-257.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro:** turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O Exercício Disciplinado do Olhar:** livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

VINCENT, Guy & LAHIRE, Bernard & THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, jun., 2001, p. 7-48.

Submetido em:09/02/2017

Aprovado em: 17/04/2017